



III CONGRESSO ESTADUAL DE ASSISTENTES SOCIAIS
Rio de Janeiro - RJ - Brasil

CAPITALISMO FLEXÍVEL E ESPAÇO URBANO: TRANSFORMAÇÕES EM CURSO

Pollyana Luz Macedo da Silva (a) - a
a

CAPITALISMO FLEXÍVEL E ESPAÇO URBANO: transformações em curso

Palavras-Chave: Capitalismo flexível, trabalho e cidade.

FLEXIBLE CAPITALISM AND URBAN SPACE: ongoingtransformations

Keywords: Flexiblecapitalism, workandcity.

1 INTRODUÇÃO

Neste resumo expandido veremos que as intensas transformações socioeconômicas contemporâneas, relacionadas ao mundo do trabalho, as formas terceirizadas e flexibilizadas, típicas da “acumulação flexível”, ganharam espaço na arena socioeconômica e política instaurando condições mais precárias e inseguras de trabalho, aviltando as condições de sobrevivência dos trabalhadores. Como tudo no capital se transforma em mercadoria, o espaço urbano é disputado pelos agentes econômicos ávidos por lucro e mais-valia retirados da especulação imobiliária. Assim, a cidade, que deveria ser um espaço público e de interesse da coletividade, é moldado para fins privados, se transformando em valor de troca, evidenciando processos de segregação sócio territorial da classe trabalhadora através da cidade-vitrine.

2 DESENVOLVIMENTO

Este resumo expandido abordará a ressignificação do trabalho na acumulação flexível contemporânea e as mudanças desastrosas para o espaço urbano. Para tanto, partimos de reflexões teóricas desenvolvidas durante o processo de doutoramento por meio de pesquisa qualitativa e bibliográfica de vários autores que discutem a temática abordada, tais como, Mandel (1990), Antunes (2003) e Harvey (2005). A dimensão da historicidade dialética estrutura essa investigação no sentido de perceber que a genética do capital sempre engendra formas de organização diferenciadas a cada ciclo recessivo estrutural, com vistas à maximização do lucro e ampliação da mais-valia – com a captura de mais tempo disponível para o valor e do saber sobre o trabalho. As crises cíclicas experimentadas pelo capital, de acordo com Mandel (1990) são determinadas por uma “crise de superprodução de valores de troca” (1990, p. 211). Mandel resgata a formulação da teoria da mais-valia a qual se fundamenta na lei geral da produção capitalista que é desenvolvida pela expansão sem limites do capital, não levando em conta as fronteiras do mercado, ocasionando uma instabilidade entre produção e circulação – entre o crescimento da taxa de lucro e da mais-valia. Com a intensificação das forças produtivas, a contradição do capital se acirra, poupando força de trabalho, pois o progresso técnico é poupador de força de trabalho, lembra-nos Mandel (1990). Assim, superprodução de mercadorias e a eliminação e

diminuição de seus reais consumidores intensificam as bases para crise. Antunes (2003) analisa a crise do mundo do trabalho a partir das transformações ocorridas na forma como o capital molda o seu modo de produção. O ciclo toyotista provoca um novo fenômeno na esfera do trabalho, como o desemprego estrutural, quando contingentes populacionais são descartáveis para o modo de produção capitalista. Assim, as necessidades médias para a acumulação e expansão do capital são diminutas diante da brutal mudança que extrai, de forma intensificada, mais mais-valia com cada vez menos força de trabalho. Harvey (2005) demonstra como as mudanças do capital para enfrentar a sua crise a partir da década de 1970 provocaram mudanças no espaço, levando a que a abordagem “administrativa” do espaço urbano tão em voga na década de 1960 cedesse lugar para as iniciativas “empreendedoras”. Essa nova gestão do espaço urbano atende às demandas do capital para usufruir melhor dos espaços. Percebe-se que a abordagem “administrativa” estaria intrinsecamente ligada a era do capital “fordista” com produções em massa e de administração rígida do controle produtivo. A recessão de 1973 com a instalação dos negócios e as ondas longas de desemprego, abre-se espaço para a inovação e o empreendedorismo local, fundamentalmente relacionado com a ampliação do setor de serviços, inaugurando uma nova forma de gestão do espaço urbano com iniciativas “empreendedoras”. Além disso, a cidade deve oferecer infraestrutura adequada para o investimento, como por exemplo, telecomunicações, internet, mídia, entre outros ramos, principalmente relacionados à logística estrutural. Todavia, o empreendedorismo envolve também relações sociais de cooptação com vantagens políticas por parte dos governantes locais. A “concentração no espetáculo e na imagem, e não na essência dos problemas sociais e econômicos pode se revelar deletéria a longo prazo, ainda que, muito facilmente, possam ser obtidos benefícios políticos” (HARVEY, 2005, p. 189), via de regra, alimentando dispositivos clientelistas.

3 RESULTADOS

Com as transformações socioeconômicas pouco se alterou o modelo de alienação e estranhamento do trabalho. Pelo contrário, o que se tem visto é a sua agudização em formas mais profundas de exploração do trabalho, desumanizando-o. O espaço como dimensão estruturadora da vida social não está isento das vicissitudes engendradas pelo capital. De que forma as transformações socioeconômicas das últimas décadas afetam o espaço urbano? As mudanças do capital e seus rebatimentos para o espaço da cidade provocam segregações sociais e ocupacionais. É preciso considerar as consequências desse processo para o mundo do trabalho a partir do adensamento da privatização dos espaços urbanos. Atrelado a uma forma de governar baseada na captação de capital

nacional e estrangeiro, os dirigentes locais buscam mobilizar as cidades para os empreendimentos, atrelando a retórica do desenvolvimento à criação de empregos. A cidade empreendedora (cidade vitrine) ingressa numa corrida incessante de se vender para o grande capital com investimentos em grandes obras e eventos faraônicos, criando dinâmicas atrativas para os negócios. As consequências locais são sentidas logo após, pois os tipos de trabalho criados não geram verdadeiramente uma distribuição de renda mais igualitária, devido à produção de trabalhos terceirizados e informais, atrelados à precarização desses espaços de trabalho ou com exigência de qualificação destoante com a da força de trabalho nativa. Além disso, a valorização fundiária ganha expressão e a especulação imobiliária crescem não atendendo a demanda por habitação da massa populacional que fica relegada a áreas da periferia sem infraestrutura básica. O empreendedorismo urbano aguça a competitividade entre municípios impactando as políticas públicas e a reprodução do trabalhador, pois o fundo público é destinado, em grande parte, aos investimentos econômicos privados. Esse fenômeno, portanto, constitui um estratagema da região em função do arranjo produtivo para a localidade, em razão dos baixos custos para o capital, principalmente porque as relações trabalhistas nas regiões onde o capital se instala são marcadas por força de trabalho com baixo nível de escolaridade e com parca organização política – *greenfields*. A lógica empreendedora encobre a desigualdade da renda, através dos trabalhos precários, principalmente trabalhos informais, terceirizados e subcontratados. Assim, a cidade é considerada como mercadoria, além da atração pelo investimento do capital privado como estratégia, acabam por segmentar um espaço que seria de todos. Os princípios democráticos e de justiça social são colocados em xeque diante da ofensiva do capital que agora se ocupa de atrair divisas para o empreendimento investido. É cenário comum, nas últimas décadas, nas grandes e médias cidades, principalmente metropolitanas e litorâneas, o contexto de segregação sócio territorial de populações mais vulneráveis. Entre eles destacam-se, populações de rua, pessoas dependentes químicas, moradores em situação precária e trabalhadores ambulantes e de recicláveis. Os avanços legais não foram efetivados a fim de tornar público o território da cidade, o que acarretou desigualdades em outras esferas, como trabalho, habitação, terra, saúde, educação, transporte, saneamento básico, entre outros. Assim, o processo de justiça urbana não se concretiza diante da prevalência de interesses privados. Apesar de previstos na Constituição Federal do Brasil e regulamentada no Estatuto da Cidade, diante desse processo de esvaziamento dos interesses coletivos a participação popular não é vista como prioridade pelos governantes a fim de propor a construção de políticas públicas capazes de dirimir as desigualdades socioeconômicas existentes. O que se aponta como problema é a regulação pública sobre o capital nas localidades – inclusive sobre o uso e ocupação do solo e a espoliação sobre o trabalho. O que se coloca não é

somente a dinâmica do emprego/desemprego como única questão, mas a capitalização fundiária e o desvio do fundo público das questões coletivas locais para a iniciativa privada.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com intensas transformações socioeconômicas contemporâneas, relacionadas ao mundo do trabalho, as formas terceirizadas e flexibilizadas, típicas da “acumulação flexível”, ganharam espaço na arena socioeconômica e política, instaurando condições mais precárias e inseguras de trabalho. Essas mudanças do processo de gestão do capital provocaram intensificação e produtividade do trabalho, externalização da produção através da terceirização, elevação das atividades do setor de serviços e aumento das atividades informais do trabalho que repercutiram no espaço urbano. Assim, como tudo no modo de produção capitalista se transforma em mercadoria, o espaço urbano é disputado pelos agentes econômicos ávidos por lucro e mais-valia retirados da especulação imobiliária. Chamamos a atenção para a ampliação dos tentáculos do capital sobre a cidade por meio do empreendedorismo urbano e da externalização de segmentos produtivos, provocando novas contradições para o acesso a emprego, o desenvolvimento de trabalho informal e a reprodução social dos trabalhadores. Portanto, evidencia-se maior privatização do espaço urbano pelo capital e os dilemas colocados para os trabalhadores terem acesso a serviços públicos básicos de reprodução social através do trabalho.

5 REFERÊNCIAS

- ANTUNES, R. Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 9 ed. São Paulo: Cortez: 2003.
- HARVEY, D. A produção capitalista do espaço. São Paulo: Annablume, 2005.
- MANDEL, E. A Crise do Capital. São Paulo: Ensaio, 1990.